



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 394/2019, de 04 de outubro de 2019.

Regulamenta a concessão de incentivos fiscais e tributários às empresas enquadradas no programa do Parque Científico Tecnológico de Medianeira, conforme Lei 816/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, COM BASE NA LEI Nº 816/2019 DE 18 DE SETEMBRO DE 2019,

D E C R E T A:

Art. 1º Entende-se por Parque Científico e Tecnológico de Medianeira, complexo organizacional de caráter científico e tecnológico, que poderá abrigar Hotel Tecnológico, Incubadora de Inovação Tecnológica, empresas de base tecnológica, núcleo de inovação tecnológica e centros de pesquisa e inovação, tecnologias sociais, sendo agente promotor da cultura da inovação, competitividade industrial, capacidade empresarial e transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades, centro de pesquisa e empresas, com o objetivo de promover, o desenvolvimento regional local e a geração de riquezas para a comunidade.

Art. 2º Entende-se por empresas e instituições com direito ao programa de incentivos aquelas cuja receita operacional, nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição dos benefícios, decorrer das atividades mencionadas no artigo anterior e que estejam instaladas nas áreas sob propriedade, posse, domínio, autorização, permissão ou concessão para Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Medianeira.

Art. 3º Para fazer jus aos benefícios do Programa de Incentivo o interessado deverá efetuar requerimento junto à Comissão Permanente de Análise do Programa de Incentivo, acompanhado de documentos que demonstrem e justifiquem o enquadramento nos termos da Lei 816/2019, bem como indicando o benefício pleiteado.

Art. 4º Apresentado o Requerimento compete à Comissão deliberar sobre o efetivo enquadramento do requerente.

§ 1º O simples requerimento do benefício não desobriga o cumprimento das obrigações fiscais que continuam exigíveis até o efetivo deferimento do pedido.

§ 2º O deferimento ou indeferimento do benefício deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 5º A deliberação e análise dos requerimentos dos benefícios do programa de Incentivos será efetuada por uma comissão permanente designada pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 (dois) anos, que será composta da seguinte forma:

- a) Secretário Municipal de Finanças
- b) Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- c) Membro da Auditoria Fiscal do Município
- d) Membro da Procuradoria Geral do Município
- e) Representante da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Medianeira
- f) Representante indicado pela ACIME – Associação Empresarial de Medianeira
- g) Representante indicado pela ACOP – Associação dos Contabilistas do Oeste do Paraná

Art. 6º A concessão dos benefícios fiscais se dará após a análise e deferimento pela Comissão, em relação a cada tributo e terá os seguintes efeitos:

I - aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) no lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – incidente sobre a atividade-fim da empresa que vier a se instalar no PCT Medianeira;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

II - aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) no lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – incidente sobre os serviços contratados pela beneficiada para construção e ampliação de suas instalações no PCT Medianeira;

III - redução do valor relativo ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel de propriedade da empresa, desde que nele exerça, e quando for o caso de aquisição de imóvel fora da área de abrangência do Parque Científico e Tecnológico, destinado exclusivamente, a expansão de empreendimento já implantado no Parque Científico e Tecnológico, destinado à instalação e/ou expansão e ao funcionamento de empresa de base tecnológica ou de Instituições Científicas e Tecnológicas, desde que a área do Parque Científico e Tecnológico não possa acolher as instalações, de forma exclusiva, suas atividades, em:

a) 75% (setenta e cinco por cento), nos primeiros 3 (três) anos de funcionamento;

b) 50% (cinquenta por cento), no período compreendido entre 3 (três) e 5 (cinco) anos de funcionamento;

c) 25% (vinte e cinco por cento), no período compreendido entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de funcionamento.

IV - redução de 100% (cem por cento) sobre a alíquota para a cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI), quando for o caso de aquisição de imóvel fora da área de abrangência do Parque Científico e Tecnológico, destinado exclusivamente, a expansão de empreendimento já implantado no Parque Científico e Tecnológico, destinado à instalação e/ou expansão e ao funcionamento de empresa de base tecnológica ou de Instituições Científicas e Tecnológicas, desde que a área do Parque não possa acolher as instalações;

V - isenção de taxa de licença de localização; verificação e funcionamento regular.

§ 1º Os benefícios fiscais previstos neste artigo podem ser concedidos isolada ou cumulativamente.

§ 2º Para aquisição e manutenção dos benefícios que tratam os incisos I a V deste artigo, as empresas de Tecnologia deverão estar integradas e em pleno funcionamento junto ao Parque Científico e Tecnológico de Medianeira, devendo permanecer em sua atividade preponderante.

§ 3º Para aquisição do benefício de que tratam os incisos II e III deste artigo, a empresa de Tecnologia adquirente do imóvel deverá integrar o Parque Científico e Tecnológico de Medianeira e entrar em funcionamento, no prazo máximo de 1 (um) ano da data da aquisição do imóvel, permanecendo em sua atividade preponderante por, pelo menos, 3 (três) anos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Della Pasqua, Medianeira, 04 de outubro de 2019.

Ricardo Endrigo
Prefeito

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Planejamento
Emenda à Lei Orgânica nº 022/2013

Erci Baldissera
Secretário de Administração e Planejamento